

HUMOR EM TEMPOS DE CÓLERA:
O HUMOR COMO DISCURSO DE RESISTÊNCIA À TENTATIVA
DE LEGITIMAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1º DE ABRIL DE 1964

*Humor in Times of Rage: Humor as a Discourse of Resistance to the Attempt of
Legitimizing the Civil-Military Coup of April 1st, 1964*

DOI: 10.14393/LL63-v36nEsp-2020-6

Fernando Miramontes Forattini*

RESUMO: Pretendemos com este artigo mostrar como o humor funcionará como instrumento e prática discursiva de resistência contra o golpe de 1º de abril de 1964 e sua tentativa de legitimação logo em seus primeiros momentos. Este visava retratar-se como legalista, defensor da democracia, dos direitos individuais e de detentor de uma suposta “moral” incorruptível, enquanto silenciava seus opositores, praticava atos de violência e desrespeito aos direitos humanos, deturpava as leis, a Constituição e as instituições, além de praticar e incentivar atos de corrupção. Coube, em grande parte, ao humor desmistificar esse discurso golpista e ser consumido e reapropriado por grande parte da população brasileira, vide sua alta tiragem e reprodutibilidade, como ato de resistência. Analisaremos, neste artigo, tanto o discurso humorístico, quanto o discurso oficial, em grande parte proveniente da grande imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: Humor. Resistência. Ditadura. Legitimação. Discurso.

ABSTRACT: This article intends to show how humor functions as a discursive instrument and practice of resistance against the coup of April 1st, 1964 and the attempt to legitimize it in its early days. The coup aimed to portray itself as a legalist act, a defender of both democracy and individual rights and the holder of an alleged incorruptible “moral”, while, in practice, it silenced its opponents, committing acts of violence and disrespect for human rights, distorting laws, the Constitution and Institutions, and practicing and encouraging acts of corruption. The humoristic discourse was largely responsible for demystifying this speech through its consumption and reappropriation as an act of resistance by much of the Brazilian population, as we can see through its high circulation and reproducibility. In this article, we analyze both the humorous and the official discourse, most of which from the mainstream press.

KEYWORDS: Humor. Resistance. Dictatorship. Legitimization. Discourse.

* Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). ORCID: 0000-0002-8431-8555 E-mail: fernandomiramontes(AT)yahoo.com.br.

1 Introdução

Este artigo busca estudar o humor como instrumento discursivo de resistência contra um discurso que se pretendia hegemônico e legitimador do golpe e da subsequente ditadura civil-militar que se impôs no Brasil pós-1964. Regimes autoritários apesar de contar com o aparelho do Estado, em especial com a força, e, no caso brasileiro, com quase totalidade do apoio empresarial, não possuem legitimidade frente a maior parcela da população e será nos ouvidos dessa que o discurso humorístico encontrará acolhida. Caberá a este, em especial graças ao seu caráter ontológico de instrumento desmistificador, combater o discurso que se pretende hegemônico.

Para isso, faz-se necessário não só analisar o discurso contrário a este regime, mas também entender o discurso hegemônico que ele buscava combater, ainda que em condições de extrema desigualdade de forças. Este discurso se encontra presente nas principais empresas da grande mídia brasileira, com exceção do jornal Última Hora (UH), que apoiou e, muitas vezes, participou da elaboração do golpe. Já os discursos contrários serão vários. Entretanto, visando dialogar com as fontes do primeiro modo de discurso, escolhemos um que seja familiar ao leitor de periódicos, acostumado com uma linguagem mais direta e que esteja a par das matérias e assuntos apresentados e discutidos pelos periódicos da grande mídia. Esse discurso encontra-se no gênero humorístico das crônicas e charges e das fotografias jornalísticas.

Será no único jornal de franca oposição ao golpe, no UH, que encontraremos dois dos mais atuantes humoristas de nosso recorte temporal, dois Sérgio: o cronista Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta - SPP) e o chargista Sérgio Jaguaribe (Jaguar). Nestes, a escolha residiu não só devido à sua popularidade, essencial para termos ao menos uma noção da aceitação de seus discursos, como também ao fato de ambos trabalharem nos mesmos meios: jornal, revista e em diversos livros que rapidamente se esgotavam, chegando a representar mais da metade das vendas de livros no país. Também utilizaremos a revista *Fotopotocas*, de Zivaldo – infelizmente esquecida hodiernamente. Ela utilizava um humor ácido que buscava contextualizar, em fotos jornalísticas (essencial para conferir “credibilidade” ao fato), personagens e momentos políticos.

Este artigo é resultante de pesquisa que analisou, ao todo, mais de 5.400 dias de jornais, com um total de mais de 12.500 páginas de jornais – entre editoriais, notícias e

charges. A análise, seleção e digitalização foram feitas por duas maneiras: tanto por ordem cronológica, quanto por ordem temática. Além disso, livros e revistas humorísticas também foram lidos, analisados e tiveram suas crônicas e charges coletadas, sempre realizando a ligação entre a fonte e as formas de discursos já mencionadas.

2 Pressupostos teóricos

Se entendermos o humor e o riso pela visão bakhtiniana em que o papel do riso e do humor começa a ser entendido como um *ente social*, capaz de desmistificar e regenerar as bases sociais e políticas via seu caráter crítico e popular, poderemos compreender o motivo deles serem temidos por quem visava possuir certa hegemonia.

Será utilizando a teoria de Bérghson, em que o riso possui um papel socioeducativo, mais a teoria da importância da mistificação para manutenção do Estado de Ernst Cassirer que Bakhtin construirá a noção do riso como um *elemento cultural democrático*. Sendo utilizado pelos atores culturais como instrumento contrário à ordem dominante. O riso e o humor deixam de ser somente um corretor social, para se tornar um instrumento desconstrutor de discursos e de pretensões rígidas que vêm de uma cultura que deseja ser tida como oficial (BRANDIST, 2002, p. 128).

Essa concepção do humor como um instrumento desconstrutor de mitos será feita principalmente pela exemplificação do conceito do *carnavalesco*. Este seria um exemplo de como a cultura popular, especialmente mediante a satirização, irá realizar um movimento de inversão de “valores oficiais” mediante o uso da *ambivalência*: elemento dotado de um discurso destruir, porém regenerativo e renovador. Assim, o humor e o riso são vistos como uma força de *transmutação* que irá retirar da sociedade suas *mistificações* para, em seguida, *purificá-la* de forma positiva, livre de medos, hierarquias e outras forças opressoras.

Também a importância dos discursos e representações para a legitimação de uma pretensa hegemonia intelectual, econômica e/ou política não deve ser subestimada. Discursos e representações constituem a matéria-prima da compreensão e modo que interagimos com o mundo em que vivemos, individual e coletivamente. Por eles “podemos identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2009, p. 17). Como diz

Foucault (1986), quem produz o discurso tem o poder para torná-lo realidade, reforçando sua validade e seu status racional e empírico. Para ter validade, um discurso deve buscar certa coerência, ao menos em aparência e, principalmente, criar diversos tipos de conhecimentos para serem acatados do melhor modo possível pelo receptor e limitando como estes receptores irão discutir e compreender sua realidade e os interesses que a sustentam.

3 O golpe e a tentativa de determiná-lo como “revolução”: iniciam-se os discursos legitimadores

Em ação precipitada no dia 31 de março de 1964, Olímpio Mourão Filho conduz a IV Divisão de Infantaria em Juiz de Fora em direção ao Estado da Guanabara e Brasília para demover o presidente João Goulart do cargo. O general Assis Brasil desdenhava de qualquer ação que pudesse dar algum resultado provindo de Mourão e de Carlos Luiz Guedes (comandante da Infantaria): “São dois velhinhos gagás! Não são de nada” (GASPARI, 2002, p. 67). Desde seu início o golpe foi confuso e sem legitimidade, mesmo dentro dos círculos golpistas. Para muitos, será a inércia de Jango em desbaratar a movimentação de Mourão que fez com que o golpe ganhasse força. Castelo toma as rédeas da movimentação, Costa e Silva busca ganhar protagonismo e Krueel, na tarde do dia 1º, apoia o golpe e isola Jango. Assim, ao contrário do mito difundido até hoje, o golpe se inicia com a viagem de Jango do Rio de Janeiro a Brasília e é realmente efetivado, *manu militari*, com sua partida, na *noite de 1º de abril*, Dia da Mentira, para Porto Alegre.

A revista *Fotopotocas*, de Ziraldo, trará em suas páginas a foto abaixo na qual o humorista imagina o diálogo que teria ocorrido, buscando o efeito humorístico: “Vocês sabem... a gente nunca pode prever o futuro”. Nela podemos ver a expressão desanimada de Jango, oposta de Castelo Branco com olhos arregalados. A intenção é mostrar uma situação em que Castelo olha para Jango com ambição e de soslaio, enquanto este possui estado de ânimo oposto. A frase sacramenta a foto.

Figura 1. Jango e Castelo [s/n]

Fonte: Fotopotocas, n. 8.

A aparência de deposição e instalação de um novo governo de acordo com a Constituição Federal (CF) era essencial a um golpe que, discursivamente, nasceu para proteger a CF e as instituições. Entretanto, de acordo com a Carta Magna de 1946, o Presidente da República somente poderia se afastar por três motivos: o *impeachment*; a renúncia; e a declaração de vacância caso Jango se afastasse sem pedir licença ao Congresso (Artigo 79, § 2º). As duas primeiras opções eram impossíveis; já a terceira deveria ser inviável, pois Jango não havia saído do país (somente vai ao Uruguai no dia 04 de abril). Para Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, que tentava ligar o Congresso com a rebelião, o fato de Jango ter saído de uma cidade a outra seria vacância.

Assim, três mitos devem ser logo desbaratados. O primeiro é que a “revolução” teria ocorrido de forma unânime e ordeira dentro das Forças Armadas. O segundo é que ela ocorreu dentro das normas constitucionais. E o terceiro foi de que ela ocorreu no dia 31 de março e não no 1º de abril (dia da mentira). Tanto é assim que os discursos oficiais dos militares e dos jornais falarão sobre a “revolução/movimento de 1º de abril”. OG, temendo que o golpe fosse passageiro, fará uma associação entre ele e o dia da mentira:

É imprescindível que o Congresso não decepcione os democratas, nem incorra em erros que venham a servir os comunistas ora em debandada. Necessita agir bem depressa, até mesmo para que o povo e as Forças Armadas não venham pensar que caíram num 1º de abril. (OG, 03/04/64)

Será somente a partir do dia 10 de abril que os jornais e os discursos oficiais alterarão a data: temiam que a “revolução” fosse atrelada ao “dia da mentira”, caindo em descrédito popular ao virar motivo de galhofa. Assim, por mais que entre em

contradição com os fatos e com os próprios discursos de até então, os apoiadores do golpe buscarão alterar a memória coletiva de modo forçado sobre um fato tão próximo. Entretanto, para as pessoas que não concordavam com o golpe, como muitos humoristas, tornou-se questão de ordem assinalar o verdadeiro dia do golpe.



Fonte: Última Hora, 11/08/1964.

Um exemplo é a charge acima. Quando todos os jornais já haviam mudado o discurso há meses, Jaguar ainda denunciava a data correta e realizava o discurso de resistência ao ligar as promessas do golpe ao dia da mentira.

Para ser aceito, o discurso de que houve uma revolução e não um golpe devia-se criar um embate em que as Forças Armadas teriam exercido seu papel de luta contra um governo corrupto e comunista e, principalmente, incluir o povo no episódio. Para o jornal de Marinho, todos haviam lutado contra Jango, exceto os comunistas, pois Jango queria empobrecer o Brasil “levando o país à anarquia e ao desespero” para acelerar a comunização do Estado (OG, 02/04/1964). Assim, “para preservar a democracia, as instituições e continuar existindo, as Forças Armadas se encarregaram, com amplo apoio popular e político, de afastar do Governo aquele que não soubera aproveitar as esplêndidas oportunidades que lhe havia reservado o destino” (OG, 03/04/1964).

Entretanto, cientes que o povo em nada participou e que muitos acreditavam que o golpe existiria para barrar as reformas de base, o jornal defende o golpe de críticas:

Se os bandidos para intrigarem os brasileiros com seus líderes e chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes deem ouvidos. (OG, 03/04/1964)

Na charge abaixo, podemos ver o quanto esses discursos ocupavam a vida diária do brasileiro. Ela representa a onipresença de um discurso que se quer presente e aceito na vida da população. O espaço aéreo é ocupado por panfletos; o espaço sonoro ocupado por palavras de ordem; todos sendo emitidos de forma extremamente agressiva, histriônica, deixando o cidadão em pose semelhante ao do personagem de “O Grito” do de Edvard Munch: sem ter onde correr da situação que o oprime e, portanto, não se identifica. Há, inegavelmente, uma prevalência ostensiva destes discursos no cotidiano da população brasileira, visando a aceitação e o enaltecimento da dita “revolução”.

Figura 3. Jaguar e os Manifestos

Jaguar e os Manifestos



Fonte: UH, 07/04/1964

4 O “inquestionável valor moral” dos militares como instrumento basilar legitimador do golpe e da vilificação da classe civil-política

O discurso basilar do golpe, que servirá de sustentação aos próximos discursos pró-golpe – como a luta anticorrupção e anticomunista –, advém de uma suposta ilibada moralidade militar. Seria graças à decadência moral de Jango e de outros elementos civis que o comunismo e a corrupção conseguiram se infiltrar no governo e, por contraposição, caberia aos militares realizar a “salvação moral e política” do país.

Ora, se o problema do país era a corrupção moral, nada mais propício do que utilizar uma das representações menos contestadas historicamente: a da supremacia moral dos militares em relação aos civis. Historicamente, essa representação adveio da necessidade de se criar uma identidade e um senso de coletividade interno nas unidades de combate, para organizar seus membros, instituir o respeito à hierarquia, podendo

levar um subalterno a engajar em combates capazes de os levar à morte e determinando uma obediência cega sobre quem devem ser considerados como ameaça ou não (FRENCH, 2004). Esses valores serão, historicamente, transmitidos aos militares do mundo contemporâneo, vistos como herdeiros desses guerreiros, mas organizados em uma carreira e membros de uma instituição que tem como função proteger o Estado. Assim, legitimar-se-ia a visão dessa categoria como se fossem outra casta de homens que poderiam ser frequentemente invocados, em muitos locais, para “reorganizar o país”.

Veremos que quando os militares assumem o poder, tratam logo de enunciar essa pretensa legitimidade ao citar suas qualidades distintivas do resto da sociedade. Buscarão as fontes de suas qualidades nas tragédias gregas e as enunciarão: honra, incorruptibilidade, combate ao invasor estrangeiro que queira desvirtuar as tradições – importante quesito nas tragédias – e o respeito à hierarquia e às leis. O discurso de posse do mal. Castelo Branco é significativo em apontar essa tendência de glorificação das características épicas e, logo, intangíveis pela maioria. A grande mídia não só compartilhou dessa visão, como reforçou a tendência apologista. No editorial “*A forte personalidade do novo líder*”, OESP tecerá vários elogios ao novo presidente:

Das virtudes de **soldado modelar** já falava bem alto sua longa folha de serviços ao País [...] se destacam a energia, a retidão, o espírito de disciplina, o dever na obediência, assim como no comando, o senso de justiça e todas as demais qualidades indispensáveis para que se considere exemplar um grande soldado. (OESP, 16/04/1964)

Outro exemplo de como este discurso sobre a moral dos militares servirá ao longo da ditadura para defender qualquer ato, mesmo os mais vis, será em relação aos abusos cometidos pelos Inquéritos Policiais Militares – criticados pelo seu revanchismo, truculência e ineficácia. Se houvessem abusos, dizem, a culpa não seria dos militares, pois o “expurgo” era feito com benignidade e presteza, ao contrário do que faziam os civis.

Pode-se afirmar sem receio de propalar uma inverdade que a luta contra a subversão e a corrupção foi conduzida com superior eficácia [...] Outro tanto não se verificou na área civil, na qual a ação da Justiça deixa a desejar [...] Contudo, ninguém ousará contestar a benignidade do expurgo empreendido [por militares]. (OESP, 02/08/1964)

Vemos um jornal extremamente preocupado em louvar os militares e sempre os contrapor aos civis, buscando legitimar cada vez mais o golpe e seus abusos. Ao ficar incontestado que havia torturas e outras formas de abusos, dirão que não se deve culpar os jovens militares (evitam responsabilizar a alta patente), pois se assim agem é porque queriam salvar o país (OESP, 30/10/1964). Estes estavam “frustrados, magoados e, até, revoltados”, com a ideia de um governo “carregado de moralidade e decência” estar cercado por imorais e corruptos e não poderem fazer nada contra eles. As pessoas comuns, “que viveram em contato diário com a corrupção e imoralidade”, estariam dessensibilizadas aos males do país, ao contrário desses jovens que se isolaram moral e fisicamente em sua vida “árdua, patriótica e cheia de sacrifícios” e que “não perderam a capacidade de indignar-se e nem aprenderam a aceitar tudo com a complacência dos cansados e dos vencidos” (ibid.). O governo só pecava, diziam, por ter moral muito elevada e por ser “muito democrático” e “benevolente” ao punir pouco os inimigos¹.

Sobre essa benignidade, temos um *clipping* de SPP, que mais tarde o transformaria em conto. Trata-se do caso do marimbondo na piscina do general Jaime da Graça (notar que o humorista inclui um episódio referente à alta patente).

O general Jaime Graça então chefe de gabinete da Secretaria de Segurança, mandava prender por trinta dias um soldado da Polícia Militar, que estando de guarda em sua residência durante a ausência da família tinha tomado um banho de piscina. O engraçado é que dias antes o general Jaime Graça tinha caído na piscina com roupa e tudo ao tentar salvar um marimbondo que se afogava. [...] Pouco tempo antes era o contrário, quem jogava mendigo dentro d'água era a polícia (*remember* “Rio da Guarda”). (PONTE PRETA, 1975, p. 26)

Vemos uma estranha moral neste episódio. Com um marimbondo na piscina o general não tem dúvidas e joga-se para salvá-lo. Com um soldado, abre um IPM e castigá-lo com trinta dias de prisão. Nada mais oportuno, também, SPP lembrar que antes quem jogava pessoas dentro d'água era a polícia militar carioca de Lacerda, afogando os mendigos em razão da visita da rainha Elisabete ao Brasil.

¹ Para uma análise mais profunda sobre os editoriais da grande mídia e seu apoio à repressão Cf. FORATTINI, 2018, pp. 154-191.

Mas qual era a moral que efetivamente chegava à população? Vimos que quando a “nova” moral do novo governo é descrita, faz-se mediante o uso de conceitos, abstratos em si, dando largas margens à interpretação e implementação. Se levarmos em consideração que se tratava de um regime autoritário que realizava diversos atos de desrespeito aos direitos humanos e à Lei Maior, nada mais fácil que qualquer pessoa que deseje exercer alguma forma de poder sob outrem, que utilize essa “vaga moral” como justificativa para seus atos. Imaginar que o uso dessa falsa moralidade se restringiu às grandes decisões políticas seria ingenuidade. O abuso moralista foi endêmico no país, seja manifestado por leis em todos os entes da Federação, abarcando, em abstrato, grande número de pessoas; seja por atos individuais de autoridades menores (SPP fala em “otoridades”), mas com impacto, arriscamos dizer, muito maior na vida da população.

Assim, faz-se importante descrever alguns destes abusos para que essas ações, tidas como “pequenas” pela pesquisa tradicional não caiam no esquecimento. Especialmente, pois serão nelas que a resistência se fará mais presente e o discurso oficial mais será desacreditado. Através desses exemplos podemos ver o quanto esses abusos se espalharam pelo País.

Em Mariana (Minas Gerais), proíbe-se casais de se sentarem juntos em praças públicas e institui-se que as mulheres somente poderiam ir ao cinema se portassem um atestado dos pais. Em Belo Horizonte, espiões policiais eram distribuídos nas arquibancadas dos estádios não para prenderem comunistas ou subversivos, mas porque “daqui para frente quem disser mais de três palavrões, torcendo pelo seu clube vai preso” (PONTE PRETA, 1975, p. 7). Em Ouro Preto tenta-se proibir serenatas (sem sucesso).

As mulheres e os relacionamentos pareciam ser fortes alvos dessas ações, o paternalismo aqui é patente. Proibiu-se trajes de banho nas praias, “pernas de fora” em carnavais e “fantasias que ofendam as Forças Armadas” (ibid. p. 8). Cortes de cabelo se tornaram compulsórios em várias cidades. Em Belo Horizonte, o beijo foi proibido; em Curitiba, um coronel fechava filmes que continham beijos (Figura 4). Em diversas cidades, mulheres não podiam mais fazer ginástica, para mostrar as pernas. Em Petrópolis o prefeito baixou portaria ditando normas para banhos de mar (lembrar que Petrópolis é cidade serrana). Em São Paulo, o Prefeito Faria Lima queria proibir mulheres em campanhas publicitárias e propôs que “‘figuras da nossa História ilustrassem os anúncios’,

isto é, Rui Barbosa vendendo sabão em pó; Tiradentes, já definitivamente barbudo, fazendo anúncio de lâmina de barbear, etc.” (PONTE PRETA, 1975, p. 23).

Figura 4. Jaguar e a Proibição de Beijo



Fonte: UH, 12/05/1964

Figura 5. Jaguar e as Revistas Imorais



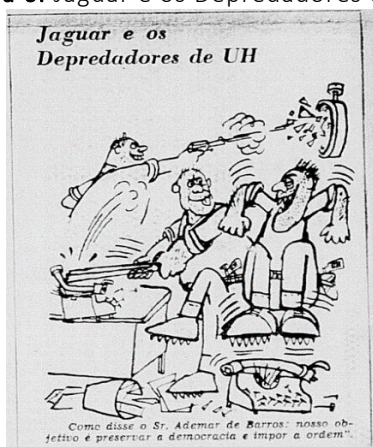
Fonte: UH, 15/01/65

Vemos o quanto tanto SPP, quanto Jaguar buscaram, cada um a seu modo, desmistificar a figura moralista do golpe e de seu arauto, o militar, trazendo-o ao universo do homem comum e que, se colocado em posição de poder, abusará deste. Um caso interessante é a Figura 5, baseada em caso em que milhares de revistas tidas como obscenas foram apreendidas graças a uma denúncia. O material foi apreendido; o dono, Noel Dubois, autuado e as revistas passaram por uma perícia. Jaguar mostra tanto o censor, quanto o militar, deleitando-se com as revistas durante a perícia, para depois classificá-las como “o que há de mais repulsivo, vil e degradante”.

Jaguar utilizará com maestria os traços como forma de discurso estético de resistência para exemplificar seu ponto em relação a essa suposta moralidade e benefícios da “revolução”. Logo no dia 02 de abril de 1964, por exemplo, Jaguar publicará sua charge “Jaguar e os Depredadores de UH” (Figura 6). Nela, o chargista retrata a brutalidade e selvageria por parte dos “agentes da democracia” ao mostrar o empastelamento que o UH sofre logo no primeiro dia do golpe. Aponta, principalmente, a distância entre o discurso oficial e a realidade. Falava-se em democracia e respeito à lei, mas, ao mesmo tempo, depredava-se a imprensa (Lê-se: “Como disse o sr. Adhemar de Barros: nosso objetivo é preservar a democracia e impor a ordem”). O mais interessante é a representação que Jaguar faz desses agentes e sua relação com o ato vândalo. Vemos

em suas faces a expressão de prazer, mesmo infantil (como a língua para fora e o movimento de pular com os dois pés ao bater nas máquinas, que são representações comuns a crianças se divertindo em propagandas e desenhos infantis), na destruição e na desordem que eles criam. Também pode-se dizer que a falta do artigo definido “o” na preposição “de” em “Depredadores de UH”, denota ambiguidade na intenção de Jaguar ao mostrar o improvisado em que estes começaram a agir: não só depredando o jornal *UH*, mas por ser um poder repentino, somado a um sentimento de brutalidade e vingança.

Figura 6. Jaguar e os Depredadores de UH



Fonte: UH, 04/04/1964

Figura 7. Jaguar e o Centauro



Fonte: UH, 10/04/1968

Jaguar procurava caracterizar os militares não pelas suas supostas qualidades, mas pelo que transparecia principalmente em suas ações: a prevalência da força física em relação moralidade. Pelo uso da zoomorfia, no caso da Figura 7, parcial, temos um híbrido entre homem e cavalo (animal utilizado para reprimir manifestações e gíria para designar alguém bruto), o chargista deixa claro que a simbiose seria total e não aparente entre o homem e o cavalo. O próprio título diz: “metade cavalo e metade idem”. Vemos o prazer orgástico da figura ao empunhar e utilizar suas armas (com o chão e a faca sujos de sangue) e sua felicidade em perseguir e de ser temido pelo povo. Ou mesmo utilizando zoomorfismo completo com a figura “*Jaguar e o Bloco ‘Acadêmicos da Revolução’*” em que os militares e seus apoiadores são caracterizados como gorilas. Nela, Jaguar ataca tanto Carlos Lacerda como outras forças de direita. Lacerda seria o porta-voz de um discurso reacionário, identificado, pelo chargista, com o discurso nazista. Aqui vemos uma representação importantíssima para a época, a do gorila, que perdura desde 1950 até, ao menos, final de 1970, com resíduos hodiernos. “No comício da Central do Brasil

[...] um dos cartazes mais visíveis em meio à multidão trazia uma caricatura de Lacerda como gorila” (MOTTA, 2006, p. 42). Trata-se de uma figura interessante, pois apesar de haver a semelhança fisiológica com o homem é representado popularmente como irracional. O elemento animalesco é enfatizado na charge – que, além disso, oferece ao desenhista um prato cheio de gestos e expressões.

Figura 8. Jaguar e o Bloco “Acadêmicos da Reação”



Fonte: UH, 28/03/1964

Após o golpe o termo gorila preocupava tanto os militares a ponto de o professor Mozart Monteiro ter-se dado ao trabalho de estudar esses animais para relacioná-los com as “virtudes” dos militares para que se “sentissem felizes com a honrosa alcunha de gorilas”. Seu artigo “*A Revolução dos Gorilas*” foi transcrito no “Noticiário do Exército” e lido em quartéis. O professor esperava até almoçar com Castelo Branco para explicar suas descobertas, além de querer criar a *Ordem Nacional dos Gorilas* (UH, 26/01/1965).

Stanislaw também recorre à zoomorfia em suas crônicas. Em “*O Candidato Ideal*”, dirá que o representante ideal para a presidência da “redentora” deveria ter “mão de gato, pé de boi, cabeça de bagre e estômago de avestruz e [...] espírito de porco” (PONTE PRETA, 1968, p. 127). Assim, essa pessoa deveria encarnar os verdadeiros ideais morais que representariam a “revolução”: sorrateiro como um gato, característica dotada nas mãos, enfatizando o roubo (gatuno); pé de boi, pessoa ligada a costumes e tradições ultrapassadas; cabeça-de-bagre, como alguém tolo, medíocre; estômago de avestruz, no sentido de suportar e “engolir” qualquer coisa; e espírito de porco, ligado à ideia de um espírito sujo, impuro e cruel podendo ser ligado tanto à corrupção, quanto a valores

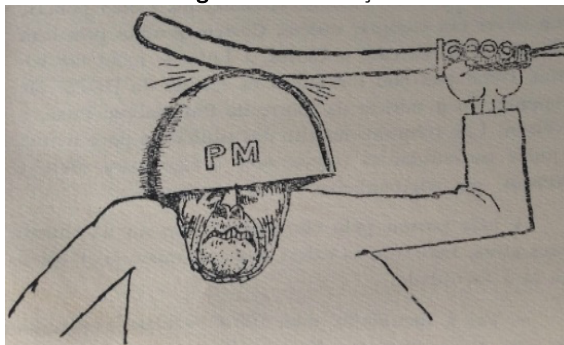
morais. Em suma, seria cruel, imoral, oportunista, medíocre, corrupto e moralista, essas seriam as virtudes reais que representariam os líderes ideais da “revolução” para SPP.

É interessante notar, também, o quanto SPP não acreditava que essa moral conservadora era apoiada pela maioria do povo brasileiro. Em sua concepção, o povo brasileiro estaria mais próximo ao caráter do humorista, maleável, visando simplesmente sobreviver e gozar o quanto puder a vida. Por isso, não acreditava que todo militar fosse esse brutamontes e partilhasse daqueles valores morais. Em seu conto “A Solução” ele conta a história de João José de 22 anos que sem pai, trabalhava desde cedo; mas percebe que a vida sem estudos seria dura e, por isso, ao mesmo tempo em que exercia o cargo de PM – recebendo soldo ínfimo –, estudava à noite. O problema moral se deu quando pela manhã vê o jornal e lê sobre a truculência policial na invasão de sua faculdade e reconhece policiais batendo nas fotos, bem como estudantes apanhando.

Já não sabia mais de si mesmo [...] Se ao menos soubesse antes! Claro que não iria dormir, mas onde teria se apresentado? [estudantes ou ao quartel?] [...] A ordem de um lado era não ter medo de apanhar; a ordem do outro era não ter pena de bater.”. Sem saber o que fazer começa a se bater: “O sangue jorrava do nariz! Da testa! Não ter medo de apanhar, não ter pena de bater”. (PONTE PRETA, 1968, p. 107)

Assim, SPP compreende a situação de muitos desses militares e suas dificuldades. O que criticava era o discurso moralista e, ao mesmo tempo, vândalo, que havia se incorporado na corporação; e, sabemos, que quem não concorre com a identidade de uma organização é, de um modo ou outro, afastado dela (vide *Operação Limpeza*).

Figura 9. A Solução



Fonte: FEBEAPÀ 3, p. 107

5 Da “impecabilidade moral” resultaria a legalização da caça às bruxas e o esvaziamento semântico dos inimigos

Se a “revolução” havia sido dada para moralizar o país e somente os militares e os civis apontados por eles deveriam levar essa tarefa adiante, conclui-se que, para eles, estava-se legitimada a “limpeza” dos “inimigos do país”. Portanto, tirar Jango e não implementar o plano como um todo, deixando aos civis de diversas matrizes ideológicas decidirem, mais à frente, o futuro do país, estava fora de cogitação.

Os políticos, exceto os mais “amestrados” e favoráveis ao golpe eram os inimigos. Devia-se atacá-los por quererem atrasar a “revolução”, iniciando a incitação de uma “caça-às-bruxas” aos elementos contrários ao golpe. Os jornais não faltaram a esse seu papel. Irão sempre falar em limpeza, tirar a sujeira, falarão de ratos, de corrupção, comunismo, tudo isso deveria ser limpado do país. Essa seria a segunda etapa do golpe.

[com o varrimento] do território nacional do que nele ainda possa restar de um passado que ainda nos envergonha. [...] Agora o País entra na segunda fase da luta. E é da maneira como esta for conduzida que consolidaremos definitivamente a vitória, caso contrário, ela redundará em malogro irreparável. (OESP, 03/04/1964)

Não é à toa que OESP tinha tanto entusiasmo pelo golpe e pela limpeza. Júlio de Mesquita Filho fora um dos principais articuladores do golpe e um dos redatores de um rascunho do Ato Institucional N-1. Sua proposta foi a primeira a utilizar o nome que conhecemos destes instrumentos repressivos, mas seu ato foi tido como muito repressivo e autoritário pela ditadura, pois incluía a suspensão do *habeas corpus* e o fechamento do Congresso (GASPARI, 2002, p. 119). A ferocidade cresce nos editoriais:

[os inimigos] procuram valer-se das posições que ocupam no Congresso nacional para vibrarem um golpe mortal no espírito que presidiu e preside a ação revolucionária, por meio da eleição à Presidência da República de alguém que se disponha a *impedir que o futuro governo leve às últimas consequências a operação de limpeza reclamada pela opinião pública brasileira*. (OESP, 10/04/1964, grifo nosso)

A operação limpeza que tanto queriam estes “democratas” era, para eles, um ato pela qual clamava a opinião pública. Os políticos serão inimigos sempre que quiserem discutir atos do governo; mas quando votavam a favor, eram patriotas. Foi assim com a

eleição de Castelo: em um *spin* discursivo, dizem que a CF foi cumprida e a democracia fortalecida, pois se Castelo foi eleito pelos representantes do povo, quem o elegeu teria sido o próprio povo – esquecem-se da pressão e das ameaças de prisão aos políticos.

O fato de o Brasil possuir um presidente legitimamente eleito, deveria convencer os mais recalcitrantes de que nunca um levante militar teve tantas razões para jactar-se de haver correspondido se sentir quase *unânime* de uma nação. [...] *E não tem outra explicação* o fato de *caber ao Parlamento nacional, legitimamente eleito em pleito livre, a homologação da vontade coletiva por meio da votação* que ontem proclamou [Castelo como presidente] (OESP, 12/04/1964, grifo nosso)

Entretanto, a charge abaixo mostra a “liberdade” dos parlamentares. Estes sabiam que sempre havia a possibilidade de que “depois de cassados os mandatos os deputados serão caçados”, muitos aprovarão o que pede o novo governo.

Figura 10. Jaguar e a Cassação²



Fonte: UH, 06/04/1964

Com todo este apoio a Castelo que vimos que estes grandes jornais davam ao autoritarismo que ocorria no país, seria difícil imaginar que algum destes criticasse o governo em algo. Mas já no dia 18/04/1964, o OESP irá mostrar suas garras ao criticar as “poucas” punições até então efetuadas pelo Comando Revolucionário (“apenas” 285 punições oficiais em 5 dias). Como mostra a revista *Fotopotocas*, a lista era tão grande que nem o próprio Costa e Silva sabia quem estava nelas.

² Legenda: “... e depois de cassados os mandatos os deputados serão caçados”.

Figura 11. Já botei na lista? [s/n]

Fonte: Fotopotocas, 5

Para se ter uma ideia de seu tamanho, nos primeiros dias do golpe foram detidas entre 10 a 50 mil pessoas.

Os militares da linha dura possuíam uma lista de cerca de 5.000 'inimigos' [...] Com isso, formou-se uma atmosfera de caça às bruxas nos gabinetes governamentais, com a mistura de ideologia com vendetas pessoais. Os acusados não tinham direito de defesa, nem as acusações contra eles foram jamais publicadas (SKIDMORE, 1988, p. 39)

O ambiente de caça às bruxas estava tão exacerbado que a expressão *dedurismo* e toma conta das representações coletivas. SPP, imiscuído nesses tempos de acusações levianas assim começa seu livro "*Garoto Linha Dura*":

Para não deixar de homenagear ninguém, num país em que se vive a exaltação do medíocre, escolhi para título a história do garotinho que se deixou influenciar pelo mais recente *método de democratização* posto em prática no Brasil, e lasquei no alto da página o nome: *Garoto linha-dura*. Na esperança de não ser considerado subversivo, subscrevo-me com cordiais saudações a todos. (PONTE PRETA, 1964, p. 7-8)

SPP fala de uma época em que não se mais é necessário ter valor para ser apreciado, em que a arte é censurada, em que o histrionismo é o vencedor. Basta uma acusação para alguém buscar ganhar alguma vantagem. Nessa crônica, SPP conta a história de Pedrinho que ao chutar a bola acima do travessão, quebra a janela de sua casa. O menino se esconde e o pai, ao perguntar a mãe o que houve, descobre que foi Pedro que quebrou. Este, entretanto, acusa o vizinho. Sabendo ser mentira, o pai vai com este à casa do menino "tirar a história a limpo". No caminho, a estória narra a História:

Pedrinho provou que tinha ideias revolucionárias. Virou para o pai e aconselhou:

- Papai, esse menino do vizinho é um subversivo desgraçado. Não pergunte nada a ele, não. Quando ele vier atender a porta, o senhor vai logo tacando a mão nele. (PONTE PRETA, 1964, p. 10)

A relação entre o sentimento de delação e punição, sem julgamento, como ocorria no país é contada de modo simples e direto por SPP. Ele consegue reunir todo o sentimento de impunidade e de falta escrúpulos presentes no cotidiano. Qualquer um poderia se arvorar defensor da moral e bons costumes e acusar alguém de subversivo. Notório é o caso do locutor César de Alencar, popular animador de auditório, e um dos mais conhecidos dedos-duros do início do golpe. Alencar chegou a elaborar uma lista pedindo o expurgo de mais de 149 companheiros da Rádio Nacional. Podemos ter, portanto, uma ideia do sentimento de apreensão que devia tomar o ambiente de trabalho, especialmente as repartições públicas, em que empregos, encarceramentos, inquisições estavam entre os temores do indivíduo.

SPP também falará sobre a banalização do uso da palavra “subversivo” e “comunista” que caíram na linguagem popular como forma de afronta. Não era somente um adjetivo com características negativas como qualquer outro, pois este possuía uma característica adicional: de ter carga de possíveis repercussões à pessoa. Na crônica “*Garotinho Corrupto*”, SPP relata como a palavra perdeu sentido ao contar o caso de um transeunte que, ao atravessar a rua quando o sinal estava vermelho, é quase atropelado por uma *Mercedes-Benz* “espetacular” – um veículo nada ligado a afeitos à subversão comunista. “Foi o bastante para o andante dar o maior grito: ‘Subversivo’”. Como diz SPP “aqui no Brasil pegou a moda da subversão” (PONTE PRETA, 1975, p. 43).

Na charge “*Jaguar e a Caça às Bruxas*” podemos ver a representação do militar como parrudo, representando a força bruta, mas sendo persuadido por um personagem fraco, com figura típica de desenhos que querem retratar alguém ardiloso, dizendo e apontando com seu dedo-duro: “Aquele ali está dizendo que o Brasil é subdesenvolvido. Acho que é comunista”. Falar que o Brasil era subdesenvolvido era fato-comum na época, mesmo jornais e pessoas que lideravam o golpe faziam. Mas o cidadão o fazer em tom de crítica era o suficiente para taxá-lo como comunista. Na Figura seguinte (13) vemos a

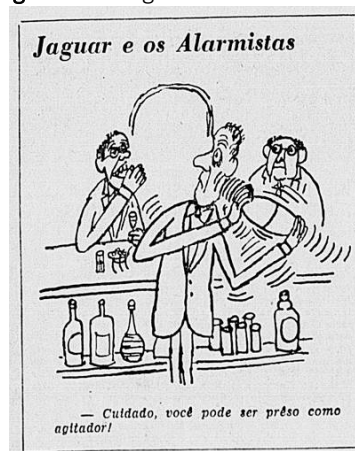
sumarização do momento: um barman agita o *drink* de um cliente e este, com medo, o alerta: “Cuidado, você pode ser visto como agitador!”

Figura 12. Jaguar e a Caça às Bruxas



Fonte: UH, 14/04/1964

Figura 13. Jaguar e os Alarmistas



Fonte: UH, 11/04/1964

Em tempos de arbitrariedade os significados são ainda mais mutáveis, não mais por convenções sociais, mas, principalmente, pela força, visando objetivos diversos. Na verdade, a confusão é muitas vezes deliberada para se conseguir ampliar o leque de “inimigos”. Jaguar irá explorar essa arbitrariedade com a Figura 14 em que os próprios policiais estão confusos: “A contra-revolução impedia a revolução dos comunistas. Agora eles estão tramando a contra-contra-revolução”. Já a Figura 15 mostra o questionamento de uma criança, alguém que não poderia deixar de ser considerada como inocente: “Por que tanta homenagem ao Tiradentes? Ele não era subversivo?”.

Figura 14. Jaguar e as Definições



Fonte: UH, 09/04/1964.

Figura 15. Jaguar e a Subversão



Fonte: UH, 22/04/1964.

O próprio binômio corrupção/comunismo era intercambiável neste período, um seria causa ou consequência do outro, dependendo do enfoque. Assim, se antes do golpe o foco discursivo residia no viés anticomunista, com ele, visto este não era um instrumento tão eficaz para combater personalidades políticas (e.g. taxar Juscelino de comunista não seria nada fácil), o foco discursivo residirá na luta anticorrupção (seletiva e falsa, pois se trata de um dos períodos mais corruptos da história recente). Num movimento quase que sincronizado com os discursos oficiais, os jornais alterarão seus discursos. O *Tribuna da Imprensa* lançará encarte com “*Os dez homens mais desonestos do Brasil*”, sendo todos João Goulart (02/04/1964).

Já o anticomunismo também será utilizado à conveniência. Na crônica “O operário e o leão” (1984, p. 89-90), SPP contará a estória de um “reino distante” em que um leão, animal feroz, havia fugido do circo. Um homem ao se deparar com a fera, forte e opressora, mata-a. Os jornais ao saberem do ocorrido, tratam de louvar o ato de coragem do moço de livrar o reino de tal fera. Entretanto, ao saberem que sua profissão era de operário, a narrativa se altera: “Leão acuado e indefeso morto por feroz agente comunista”. O leão vira o indefeso e acuado; o homem, o opressor e violento. Trata-se de uma crônica que retrata muito bem o tempo que se situa. Preferia-se viver sob os auspícios de um leão opressor que imaginar que o trabalhador pudesse realizar o ato de livrar o reino dele. Para isso, taxam-no de comunista.

6 Considerações Finais

Assim, vemos que no início tudo foi prometido: restabelecimento do cumprimento à lei e à ordem, restauração econômico-financeira, fim da corrupção, moralização dos costumes, enfim, o fim de todos os males do país. Mas essas promessas não foram aceitas por todos. A *Revista Cruzeiro* em sua edição “histórica”, mostra que a população do centro do Rio de Janeiro dizia sobre o golpe: “Isso não vai dar em nada”. Grande parte da população não acreditava na legitimidade do golpe e em suas promessas. Jaguar em sua charge “*Jaguar e o ‘Happy-End’*” mostra o final feliz do golpe. “-Viva a democracia”, diz a senhora bem nutrida e abastada, com sua placa ricamente ornamentada. Mas, no final, os ganhos ficam todos com ela, não há redistribuição, não há uma luta voltada aos interesses da população, como diziam. O pobre, faminto, quase despido, recebe uma esmola. É o que lhe coube com a “revolução”.

Figura 16. Jaguar e o "Happy-End"



Fonte: UH, 20/04/1964

Em suma, vê-se a importância do humor como um dos poucos instrumentos que podiam se contrapor, com grande aceitação popular, a essa batalha discursiva pela qual passava o país durante a ditadura civil-militar. Regimes autoritários que se pretendem legalistas, mais que os democráticos, necessitam buscar afirmar sua hegemonia por diferentes vias, em especial no campo discursivo e das aparências, tanto interna, quanto externamente. Sabem não contar com a legitimidade de um governo democraticamente eleito, sabem que seus atos diferem de seus discursos. Por isso, a necessidade da legitimação pela via discursiva.

Caberá ao humor, graças a sua característica desmistificadora, combater este discurso que se pretende hegemônico. As representações feitas por Jaguar, SPP, Ziraldo e outros, influenciaram todo um imaginário social sobre as principais figuras do golpe e das promessas deste. Estudar tanto o discurso legitimador, quanto o de resistência, como foi feito neste artigo, é essencial para não se perder na memória o discurso de resistência dos oprimidos, que sempre estará em força desigual e, por isso, tende a se perder com o tempo.

Assim, nada mais adequado do que terminar este artigo com uma crônica de SPP em que ele simplesmente escreve, *ipsis literis*, um decreto municipal que homenageava Castelo Branco e todas as "qualidades da revolução", mas que ironicamente, desconstrói o próprio discurso e resume o que a ditadura pretendia ser e o que realmente foi.

O decreto n. 166. "O prefeito municipal de Nova Friburgo usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, n. 3, da lei número 109 de 16 de fevereiro de 1948 e considerando que o marechal Castelo Branco tem se

conduzido na presidência da república como um estadista de escol; considerando que o presidente Castelo Branco com seu manifesto de então como Chefe das Forças Armadas foi o primeiro grito de alerta contra a corrupção e subversão que assoberbava a Pátria brasileira; considerando que o presidente Castelo Branco como chefe da revolução banuiu a subversão comunista e a corrupção do Brasil; considerando que o presidente Castelo Branco trouxe a paz e tranquilidade à família brasileira; considerando que o presidente Castelo Branco vem implantando no país o clima de ordem, respeito e trabalho; considerando que o presidente Castelo Branco como herói da FEB se fez credor da gratidão do povo brasileiro, decreta: Artigo 1º, fica denominada praça Presidente Castelo Branco o logradouro público conhecido por **largo do matadouro**. (PONTE PRETA, 1967, p. 21) [grifo nosso]

Referências

- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira, São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.
- BRANDIST, C. **The Bakhtin circle, philosophy, culture and politics**. London: Pluto Press, 2002.
- CHARTIER, R. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Trad. Claudia Ferrari, Barcelona: Gedisa, 2009.
- FORATTINI, F. M. **Em construção... e Desconstrução... Discursos e Representações presentes nos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo durante o governo Castelo Branco (1964-1967)**. 2018. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social e Cultural) – Programa de Pós-Graduação de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FRENCH, S. E. **The code of the warrior: exploring warrior values past and present: the values & ideals of warrior cultures throughout history**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2004
- GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HALL, S. **Cultural representations and signifying practices**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.
- MORREALL, J. Philosophy of Humor. *In*: MORREALL, J. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Ed. Edward N. Zalta, 2016.
- MOTTA, R. P. S. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PRETA, S. P. **FEBEAPÁ 1, O Festival de Besteira que assola o País**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1975.
- PRETA, S. P. **FEBEAPÁ 2, O Festival de Besteira que assola o País**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1967.
- PRETA, S. P. **Na Terra do Crioulo Doido, A Máquina de Fazer Doido, FEBEAPÁ 3**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.
- PRETA, S. P. **Garoto linha dura**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Recebido em: 01.11.2019

Aprovado em: 04.03.2020